

# CHINA E RÚSSIA: A PROJEÇÃO NAVAL DE POTÊNCIAS TERRESTRES

Paulo Fagundes Visentini<sup>1</sup>

## Introdução

A China e a Rússia, na perspectiva geopolítica, são Estados continentais de grandes dimensões (o primeiro e o quarto, respectivamente), caracterizados por sua configuração como potências de vocação terrestre. Contudo, recentemente, por seu desenvolvimento e extroversão de sua economia, a China tem construído um poder naval de presença mundial. Já a Federação Russa, que perdeu boa parte do poder naval e do litoral de que dispunha a URSS, tenta reconstruir sua capacidade de defesa marítima e de exploração da nova Rota do Ártico, mas ainda com limitada projeção global. Ao analisar a projeção naval recente dessas tradicionais potências terrestres, o artigo busca discutir até que ponto a tradicional geopolítica estaria atingindo o seu zênite e iniciando sua própria superação. Trata-se de parte de uma pesquisa realizada nos marcos do Edital Álvaro Alberto (Instituto Pandiá Calógeras do Ministério da Defesa e do CNPq) sobre a presença da China e da Rússia no Atlântico Sul e no litoral ocidental da África.

## China: Posição Geopolítico e Projeção Naval

O objetivo central do artigo é apresentar e analisar a política naval da República Popular da China para o século XXI dentro de uma perspectiva estratégica estrutural. Assim como o Brasil, a China é um país de dimensões continentais e com uma extensa região costeira, na qual se concentra parte importante de sua economia e, também, a maior parcela de sua imensa população. A conjugação desses dois aspectos revela a importância que o recente programa de modernização naval desempenhou no desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Professor Titular de Relações Internacionais da UFRGS e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Militares do IMM / ECEME. Maria Gabriela Vieira, bolsista CNPq do projeto, colaborou na pesquisa.

econômico do país. O processo de abertura econômica promovido por Deng Xiaoping desde 1979, a forte presença dos Estados Unidos nas proximidades de Taiwan e os desdobramentos da Guerra do Golfo sobre o perfil da guerra no século XXI podem ser considerados os principais motivadores de uma estratégia marítima mais ativa.

É necessário considerar que, apesar das dimensões territoriais continentais e da extensão costeira, a situação do Brasil e da China são bem diferentes em termos geopolíticos. O Brasil possui um litoral “aberto” (desimpedido) ao Oceano Atlântico, ainda que menos extenso do que o chinês. A China se encontra mais “encravada” na Ásia e seu acesso ao Oceano Mundial (através do Pacífico e do Índico) é limitado por anéis de ilhas controladas por outras nações (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Estados Unidos, Filipinas e outras do Mar da China Meridional).

Desta forma, a China Popular sofre de um certo “complexo de cerco”, pois a extroversão de sua economia demanda amplo acesso marítimo para exportar suas mercadorias e importar matérias primas e energia (especialmente petróleo). Quanto mais sua economia se globaliza, mais a China busca fortalecer sua Marinha de Guerra, paralelamente à expansão de sua Marinha Mercante, e obter pontos de apoio em todos os Oceanos. Muito importante para o analista é *compreender a percepção chinesa sobre a problemática*. É a partir dela que são formuladas as estratégias do “Império do Centro”.

Desde o final do século XX debate-se sobre o papel (e as consequentes responsabilidades) que a China poderia assumir no Sistema Internacional em um contexto de desintegração da ex-União Soviética e de instabilidade da unipolaridade norte-americana. Passadas algumas décadas, a multipolaridade emerge como uma nova realidade – desde 2016, segundo Mearsheimer (2019) – e a China é certamente um de seus polos de maior força econômica, política e militar (Dufourcq 2017). Para alcançar tal posto foi necessário, contudo, conjugar às reformas econômicas uma reforma no pensamento dominante (essencialmente terrestre) quanto a formulação das políticas e estratégias navais do país. Desse modo, é de interesse tanto de acadêmicos quanto de militares, diplomatas, analistas e tomadores de decisão a análise do caminho percorrido pela República Popular da China até o *status* de potência marítima no século XXI.

## Posição Geopolítica da República Popular da China

A China é o maior país da Ásia Oriental e o Terceiro maior país em área terrestre do mundo – 9,6 milhões de quilômetros quadrados. É também

o país mais populoso do mundo com 1,4 bilhões de habitantes, 20% da população mundial. Possui fronteiras com 14 países e um litoral de 14 500 quilômetros de extensão, sendo delimitado por seus mares Meridional e Oriental, além de Taiwan, da Península Coreana e do Japão. O país possui mais de quatro milênios de continuidade histórica estatal e, desde 1949, é uma República Popular Socialista sob a liderança do Partido Comunista da China (PCCh). Importante ressaltar que a legitimidade do regime se baseia em dois elementos de percepção coletiva: a recuperação da *soberania nacional* (após 150 anos de ingerência externa) e o aumento do consumo popular com as reformas e desenvolvimento recente. O autoritarismo do regime é semelhante ao da fase imperial e há pouca receptividade para uma democracia liberal, exceto em Hong Kong, que tem uma história e constituição diferenciada.

Diferentemente da maioria dos países da periferia e semiperiferia do Sistema Internacional, a China nunca foi colonizada por potências estrangeiras. Contudo, isso não significou a ausência de investidas no sentido de subjugar-la. A maior e mais significativa delas ocorreu no século XIX, quando o Império Britânico passa a promover seus interesses econômicos por meios militares. As Guerras do Ópio (1839 e 1856) marcaram profundamente a relação da China em relação ao Ocidente e, também, em relação aos mares e oceanos – uma vez que o inimigo era a maior potência naval da época. Apesar da humilhação e do desgaste social e econômico provocados pelos Tratados Desiguais, as investidas britânicas também significaram uma ruptura com as velhas estruturas domésticas chinesas e tomada de consciência por parte da elite dirigente (Epstein 1980). Posteriormente, a ameaça japonesa também foi proveniente do mar.

Durante um longo período, o dragão chinês permaneceu com suas forças voltadas para suas questões internas (a *Guerra Civil Chinesa*, a proclamação da *República da China*, a resistência à ocupação japonesa de 1931-45 e, posteriormente, da *República Popular da China*), resultando na adoção de uma posição de isolamento no Sistema Internacional. No decorrer da segunda metade século XX, aos poucos essa postura da China Socialista foi dando espaço para uma limitada atuação nas relações internacionais: a RPC passou a buscar alianças com a periferia – os países asiáticos, africanos e latino-americanos (Spence 1995). Elas seriam de suma importância para o país durante os anos de Guerra Fria (Movimento dos Países Não-Alinhados), que ainda passaria por dois importantes eventos antes de substituir a China Nacionalista (Taiwan) no Conselho de Segurança da ONU em 1971, sendo, então, aceita pela Comunidade Internacional: o *Grande Salto Adiante* e a *Revolução Cultural*.

A ascensão de Deng Xiaoping ao poder em 1976 após a morte de

Mao Tsé-tung representou uma nova fase para a RPC. Dentre as principais estratégias durante o período em que Deng esteve no poder, destaca-se: as *Quatro Modernizações* (econômica, tecnológica-científica, agrícola e *militar*) e a *Abertura Econômica* – esforços político-econômicos buscando retomar o lugar de grandeza da China no mundo – e que conseqüentemente impactam as relações internacionais contemporâneas. Todos os eventos mencionados acima foram essenciais para o processo de transformação do “Império do Meio” em uma Grande Potência, o país desenvolveu tanto poder bruto (*hard power*) quanto poder brando (*soft power*). Merece destaque os esforços dos líderes e diplomatas chineses na constante (re)afirmação do caráter pacífico do processo de desenvolvimento chinês – inclusive no campo da modernização militar. Nos últimos anos, contudo, o *hard power* chinês tem gerado preocupações para seus vizinhos (Japão e Índia, p.ex.) e para as potências ocidentais tradicionais (EUA e França, p.ex.). A crescente dependência da economia global na economia chinesa e o desenvolvimento de capacidades militares (inclusive nucleares) com um caráter muito mais ofensivo têm gerado dúvidas sobre o *soft power* chinês.

É inegável que a China hoje possui uma participação destacada no jogo das Grandes Potências e, até o momento, não parece querer alterar as regras desse jogo. Paralelamente ao momento de crise da *Ordem Internacional Liberal* e de questionamentos quanto a viabilidade da manutenção das estruturas, instituições, valores, e da própria hegemonia estadunidense, surgem oportunidades para a China (e outras potências) renovar a ordem vigente ou estabelecer uma nova ordem internacional.

## Estratégia Naval Chinesa

Para analisar a Estratégia Naval Chinesa atual é necessário compreender o movimento de modernização militar como um todo. Tal processo é, antes de tudo, resultado de processos históricos internos e da interação da China com o ambiente internacional. De acordo com Kondapalli (2000), a história da atividade marítima chinesa data de mais de vinte séculos. Contudo, a Revolução Industrial ocorrida nos países ocidentais acabou tornando a marinha chinesa obsoleta e, conseqüentemente, contribuindo para a vulnerabilidade do seu território. Essa assimetria de poder marítimo fica evidente no desenrolar das Guerras do Ópio<sup>2</sup>. As investidas imperiais ocidentais e japonesas à região costeira da China e a fuga dos nacionalistas para Taiwan moldaram

---

2 Das Guerras do Ópio (1839 e 1856) até a proclamação da República Popular da China (1949) o país foi invadido 470 vezes (Kondapalli 2000).

a elaboração da estratégia marítima da RPC ao longo do século XX. Taiwan sobreviveu em 1949-50 porque a China não dispunha de uma Armada.

A Marinha do Exército Popular de Libertação (PLAN) adotou durante mais de três décadas uma *Estratégia de Defesa Costeira*. A ênfase em salvaguardar o litoral e seus mares próximos e defender o interior de ameaças externas deixa evidente a postura defensiva da China. Para realizar tais objetivos a PLAN contava com uma frota de superfície sem grandes capacidades de defesa ou ataque. Três quartos dos submarinos utilizados até o final dos anos 1990 datavam da década de 1950 (CSIS 2019). A Estratégia de Defesa Costeira refletia o pensamento estratégico da época na China: priorização do poder terrestre em detrimento do poder naval ou aéreo – também em consonância com a Estratégia de Defesa Nacional (*People's War*). A ruptura sino-soviética e a abertura econômica chinesa impactaram sobremaneira na elaboração de uma nova estratégia naval para a RPC. Assim, entre os anos 1970-1980, o receio do expansionismo soviético provocou crescentes debates acerca da importância de uma doutrina naval coerente com os interesses chineses.

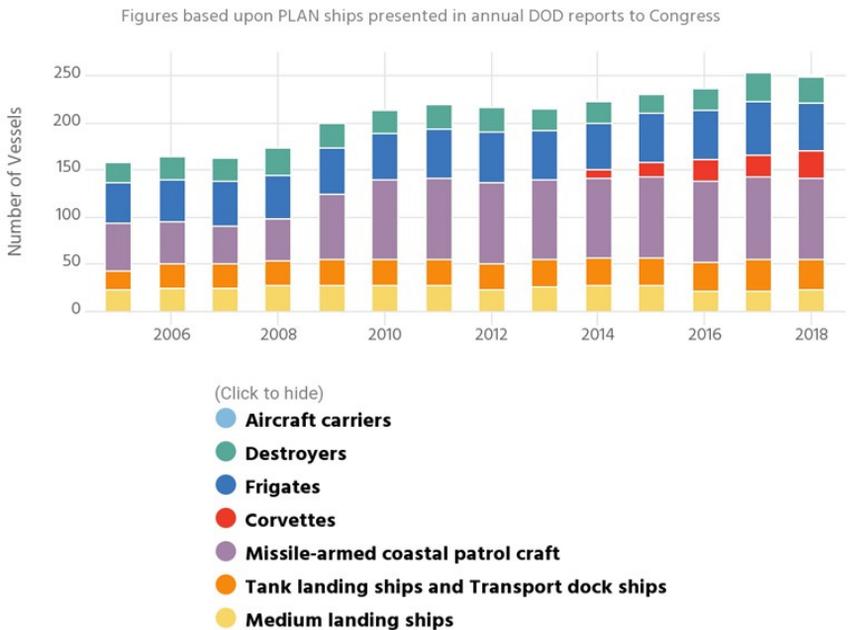
Segundo Kondapalli (2000) e Brisset (2018), em 1986 a PLAN abandona a Estratégia de Defesa Costeira e passa a adotar uma *Estratégia de Defesa Avançada/Ativa (Offshore)*, passando a buscar uma projeção naval para além de seu litoral. Mais do que nunca era necessário modernizar a obsoleta marinha chinesa. Um dos grandes nomes dentro da cúpula chinesa responsáveis por essa nova fase da China no mar foi Liu Huaqing, o qual elaborou uma estratégia de modernização em três fases que transformaria a PLAN em uma marinha com capacidades de projeção global até 2040. A primeira fase (até os anos 2000) teria por objetivo fortalecer as forças existentes no sentido de controlar as águas interiores e dissuadir ameaças regionais (Japão e Mar do Sul da China). A segunda fase (até 2020) teria por objetivo construção e compra de novas embarcações (incluindo porta-aviões e novas tecnologias) no sentido de aumentar a capacidade de combate *offshore*, expandir o controle marítimo até Guam e Indonésia e projetar-se para além do Pacífico Ocidental – explorando outros oceanos. A terceira fase (até 2040) teria como objetivo central transformar a PLAN em uma marinha de águas azuis, com capacidade de combate e vigilância global (Kondapalli 2000; Brisset 2018).

O pensamento estratégico que molda a atuação da RPC atualmente também é resultado das contribuições de Zhang Loanzhong. Em 1988, ele definiu três possíveis perímetros para a alocação das forças de defesa tanto para modernização quanto para posterior atuação: (i) interior; (ii) médio; e (iii) exterior. Brisset (2018) delimitou os esforços de Pequim para a modernização naval (e posterior projeção) em dois eixos. O *primeiro eixo* marcado

principalmente pelo controle dos mares interiores – área de projeção natural chinesa, e, portanto, referente à soberania do país. O *segundo eixo*, por sua vez, seria o seu “colar de pérola” ou “Rota Marítima da Seda” (até a África, Oriente Médio e Europa) – áreas importantes em termos econômicos, estratégicos e diplomáticos. O primeiro eixo incorporaria os perímetros interior e médio e o segundo seria basicamente o perímetro exterior.

No tocante ao Mar da China Meridional, o interesse chinês não é apenas o domínio territorial com fins econômicos. Mais importante é a dimensão geopolítica, em uma tentativa de ter presença na conexão com o Oceano Índico (através dos estratégicos estreitos de Malaca e Sunda) e o Oceano Pacífico, ao sul de Taiwan, contornando o anel de ilhas limitadoras da projeção naval chinesa. Chama atenção a velocidade e eficiência com que a China amplia ou constrói ilhas na região, com bases navais e aéreas. Mesmo a atividade da pesca é exercida por membros da milícia popular à paisana, não sendo apenas uma atividade econômica (Tertrais 2018). Mas na região há diversas tensões diplomáticas com nações do sudeste asiático, como Filipinas, Malásia, Brunei e Vietnã, hoje próximo dos Estados Unidos. A maior tensão ocorre nas ilhas Spratleys e nos recifes Scarborough, além das ilhas Paracels. A projeção naval chinesa será melhor desenvolvida na próxima seção.

Figura 1 – Discriminação da Frota de Superfície da PLAN



CSIS China Power Project | Source: Congressional Research Service

A alteração na estratégia naval também poder ser compreendida como uma resposta ao “vácuo de poder” deixado pela retirada soviética da região (Baía de Cam Ranh, Vietnã) e pela retirada parcial dos EUA das Filipinas. Assim, duas novas potenciais ameaças se colocavam para a China: o expansionismo dos países ocidentais e suas tentativas de aumentar a influência na região da Ásia-Pacífico; e as tentativas de suplantar a liderança regional de Japão e Vietnã, além dos nacionalistas em Taiwan. Nesse sentido, possuir capacidades de controlar (e vencer uma eventual guerra) em seu litoral (MSC e MLC) passava por modernizar sua marinha<sup>3</sup> e seu pensamento estratégico. Além disso, a percepção de muitos oficiais chineses de que as guerras no século XXI seriam locais e de alta intensidade tecnológica corroboraram o lobby daqueles que priorizavam o desenvolvimento e aquisição de embarcações leves, mas com capacidade de ataque, garantindo uma defesa móvel de eficiência (Kondapalli 2000).

Por fim, pode-se afirmar que as principais diretrizes do pensamento estratégico elaborado no final dos anos 1980 estão em processo de implementação pela PLAN. Desde 2012, tem-se reiteradamente fortalecido a ideia da República Popular da China como uma Potência Marítima. No recente *China's 2019 Defense White Paper*, o PCCh novamente chama a atenção para a necessidade do desenvolvimento de uma Marinha cada vez mais forte e moderna com capacidade de atuar em águas profundas/azuis. E, diferentemente da Rússia, tais iniciativas se apoiam numa economia em crescente expansão.

## Projeção Naval Chinesa: Desafios e Limitações

Os mares e oceanos são indispensáveis à atividade humana do

---

<sup>3</sup> A respeito da modernização da Marinha chinesa é interessante destacar que o processo foi marcado em um primeiro momento pela compra e trocas de tecnologia (e das próprias embarcações) via acordos com países da região (URSS, sendo seguida por Japão e Coreia do Sul). Contudo, o governo chinês sempre esteve ciente da importância de se desenvolver localmente um setor tão estratégico e não mediu esforços para tanto. Assim, com muita engenharia reversa, a RPC tem conseguido manter um ritmo acelerado de construção naval – com destaque para a construção de seu terceiro porta-aviões (o primeiro não-embasado em modelos soviéticos). Um fato interessante a ser destacado é a troca entre os setores da construção naval para fins comerciais e militares, a qual não é muito comum, mas que para o PCCh representa um incentivo na transferência de tecnologia. Três quartos da construção naval (comercial e militar) são dominadas pelas empresas estatais China Shipbuilding Industry Corporation e a China State Shipbuilding Corporation – as quais possuem um total de seis estaleiros espalhados pelo país (CSIS 2019).

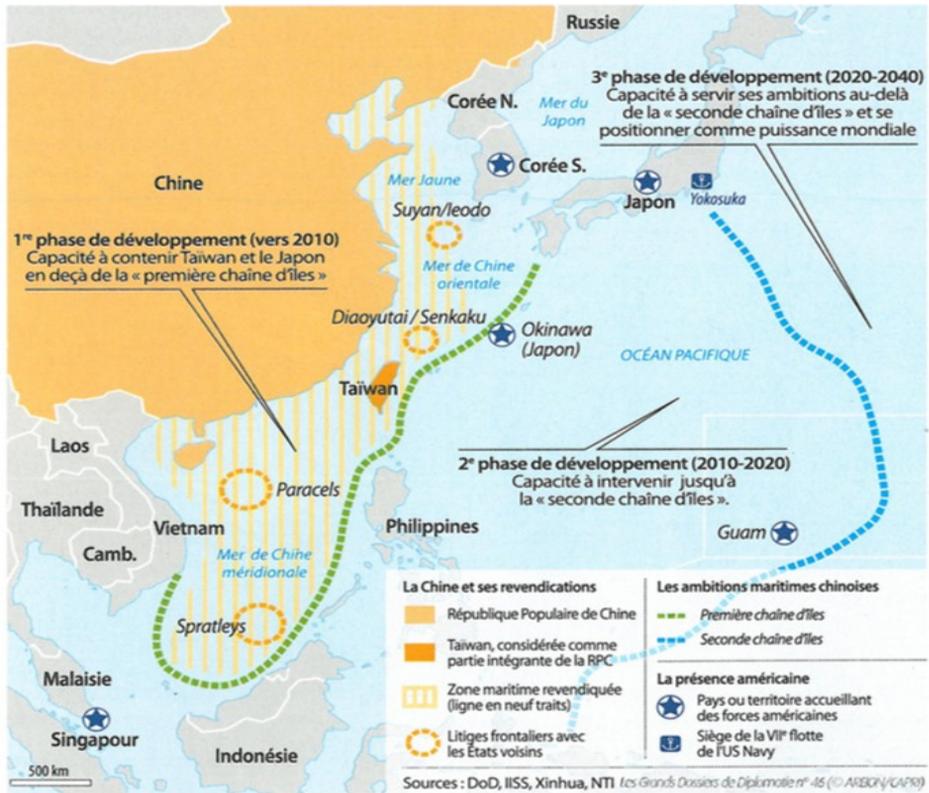
século XXI. Segundo o Almirante Dufourcq (2011), dois aspectos devem ser considerados para analisar os movimentos de projeção de poder naval nas últimas décadas: (i) a descoberta de novos recursos estratégicos nos oceanos (notadamente nas costas sul-americana e africana); e (ii) a emergência de novos atores (multipolaridade). Além disso, menciona ainda três desafios a serem enfrentados pelos países no momento de formulação de suas estratégias navais: o desafio demográfico, o desafio ecológico e o desafio econômico. Mais uma vez, abre-se aqui a possibilidade do estabelecimento de uma nova forma de governança global nos oceanos, que incorpore as demandas por “territorialização”<sup>4</sup> e soberania dos mares e as regras estabelecidas na década de 1990. A respeito dos constrangimentos e limitações à projeção naval chinesa, destacamos a presença estadunidense próxima aos mares territoriais da China (seja pela Península Coreana seja pelo Japão) e a possibilidade de balanceamento e contenção de Rússia e Índia – no plano externo – e as limitações em termos de pessoal (treinamento e qualificação) e energético – no plano interno (Brisset 2018).

Já no final do século XX a China demonstrou preocupação em relação à escassez de recursos naturais, sendo tal receio um dos motivadores para sua modernização militar. Seria parte da Estratégia Naval chinesa não apenas a defesa de seus recursos estratégicos, mas também a busca por novos – assim como as demais Grande Potências do Sistema Internacional. Apesar de grande parte de seus esforços estar concentrado na proteção de sua costa, como já demonstrado, Pequim também buscou instrumentos e capacidades para se lançar para além de seu litoral. O perímetro exterior de Loanzhong, ou segundo eixo de ação de Brisset (2018), seriam as principais diretrizes para a projeção da PLAN em direção à primeira cadeia de ilhas - ou o que Pequim denominou por *Territórios Azuis da China*. Ambos refletem as aspirações chinesas em possuir um poder marítimo com capacidade operacional global. Apesar de um robusto poder marítimo ser considerado um pré-requisito para uma Grande Potência, é de consciência dos tomadores de decisão chineses que a promoção de seus interesses deve vir acompanhada de responsabilidades internacionais. É condensando essas aspirações e receios chineses que em 2013 é lançada a *Belt and Road Initiative* (BRI), um projeto de escala transcontinental com o objetivo central de melhorar a conectividade e a cooperação e, assim, promover o desenvolvimento econômico.

---

4 Definido por Dufourcq (2011) como “novas soberanias do mar”, o processo de “territorialização” está relacionado com a descoberta e a busca por apropriação de novas riquezas.

Figura 2 – Reivindicações marítimas chinesas



A BRI projeta o poder econômico (financiamento de grandes obras de infraestrutura e abertura de mercados para os produtos chineses) e militar da China (demonstrando que o país possui meios para defender seus interesses para além de seu litoral). É importante destacar que esta iniciativa não é apenas um conjunto de projetos de infraestrutura, mas sim um dos principais vetores da política externa chinesa e de sua Grande Estratégia. O objetivo final deste ambicioso projeto é construir um novo e alternativo sistema político, econômico e securitário, denominado *Comunidade de Destino Comum para a Humanidade*. Neste sistema a China estaria posicionada no centro (Nantulya 2019).

A projeção chinesa em direção ao continente africano se dá, principalmente, através BRI: a China busca auxiliar os países africanos a superar o gargalo da infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos e aeroportos)

e acelerar seu processo de desenvolvimento econômico. Em contrapartida, espera-se retornos geoestratégicos tanto para a África quanto para a RPC, a exemplo do caso da *Walvis Bay* na Namíbia, no qual investimentos financeiros em portos foram seguidos por acordos militares com a Marinha ELP. Apesar de importante presença nos países da costa ocidental africana, a prioridade de projeção de suas forças, até o momento, é nos oceanos Pacífico e Índico.

Tem sido cada vez mais difícil para a diplomacia chinesa assegurar as intenções pacíficas de sua modernização e de suas ações, como fica evidente nas publicações recentes de *think tanks* estadunidenses a respeito da projeção naval chinesa:

“Além de construir uma moderna Marinha de Águas Azuis, a RPC adotou uma ampla gama de ações desestabilizadoras que representam uma ameaça crescente à segurança global. Entre essas ações estão a construção de estações aéreas navais no mar da China Meridional, incluindo o Mischief Reef [Scarborough], localizado dentro da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) das Filipinas, aliada dos EUA; sua declaração de uma Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) no Mar da China Oriental, perto do Japão; suas reivindicações de soberania sobre as Ilhas Senkaku; e seu repúdio total à autoridade do Tribunal Permanente de Arbitragem (PCA), o mais antigo órgão arbitral de direito internacional do mundo. Tais ações ameaçadoras também incluem operações navais crescentes da China no Pacífico Ocidental, Pacífico Sul e Oceano Índico; o mar Mediterrâneo e o mar Báltico; o Ártico e o Antártico; e, finalmente, o Oceano Atlântico. Essas ações são indicadores empíricos das futuras intenções e ações malignas da China” (Fanell 2019, tradução nossa).

É de suma importância para a continuidade da Estratégia Chinesa de construção de uma Marinha de Águas Azuis que seu *soft power* seja fortalecido na mesma medida que seu *hard power*. Mesmo possuindo um poderio naval ainda limitado em comparação com o poder dos EUA – são 11 porta-aviões estadunidenses contra apenas 1 porta-aviões comissionado chinês (CSIS 2019) –, evitar tensões e confrontos com as demais Grandes Potências, bem como com seus vizinhos asiáticos, segue sendo uma prioridade do governo chinês. Sobretudo quando a rápida expansão quantitativa e qualitativa da Armada chinesa constitui um quadro que relembra a expansão naval alemã nos anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial, desafiando a *Royal Navy*.

A formação de pessoal qualificado ainda está aquém da capacidade de construção de embarcações, mas como a China tem demonstrado em todos os campos, ela pode superar essa situação rapidamente. A crescente

presença naval chinesa em todos os Oceanos decorre da internacionalização de sua economia, mas é acompanhada de ações consideradas legítimas como combate à pirataria, ajuda humanitária (como navios-hospitais) e resgate de milhares de trabalhadores chineses, como ocorreu na Líbia em 2011. Daí, a presença de uma Armada chinesa fica relativamente “camuflada” em meio às diversas atividades navais. Interessante é o estabelecimento de uma base militar naval chinesa em Djibuti, juntamente com vários países, tendo seu efeito diplomático e estratégico diluído perante a “opinião pública”.

Por fim, a atividade extrativa predatória dos recursos marinhos internacionais constitui outra fonte de preocupação para a comunidade internacional. Além disso, os vultosos investimentos chineses em países carentes multiplicam, silenciosamente, os pontos de apoio pelo mundo, enquanto concorrentes como a Índia veem limitados o acesso a seu entorno estratégico. O investimento em estruturas portuárias também ocorre na África e até mesmo na Europa, como é o caso de Atenas/Pireo, tornado um *hub* de produtos e serviços *Made in China*.

Existe uma Grande Estratégia chinesa, e o poder naval ocupa, cada vez mais, uma posição privilegiada dentro dela, sendo essa considerada a maior ameaça no futuro próximo (Entrevistas com os Almirantes Antonio Silva Ribeiro e Jean Dufourcq). Cabe, ainda, refletir sobre as facções do PCCh que buscam moldar tal estratégia e se o poder naval chinês é tático ou estratégico: a Nova Rota da Seda seria a base da construção de um espaço continental e terrestre Eurasiano desafiador às potências navais anglo-saxônicas?

## Federação Russa: Geopolítica e Projeto Naval

O Estado russo, apesar de dispor de um litoral imenso, tem como característica básica ser uma potência terrestre de dimensões continentais. Há determinados condicionantes históricos e geopolíticos que não se alteraram durante as três fases da evolução do país, o Império Russo (até 1917), a União Soviética (URSS, até 1991) e a Federação Russa (até o presente). O legado da Guerra Fria, quando a URSS constituía a “Segunda Superpotência”, tem contaminado algumas análises contemporâneas sobre o real poder da Rússia liderada por Vladimir Putin. Assim, é de fundamental importância separar a realidade objetiva, vital para os analistas e tomadores de decisão, do discurso midiático, ditado por necessidades políticas, ideológicas e estratégicas, voltado ao público leigo.

A Rússia tem limitada capacidade de projetar poder para fora de seu “exterior próximo” (ex-Repúblicas Soviéticas), ainda que conserve,

residualmente, certos vetores de dissuasão herdados da URSS, além de ser Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU. Isso é particularmente visível no tocante ao Poder Naval, como se verá adiante. Em termos geopolíticos, a Rússia tem três peculiaridades determinantes: 1) é o Estado cujo centro nevrálgico está situado mais ao norte (excetuada a pequena Finlândia), com grande parte do território dentro do Círculo Polar Ártico e zona de transição a este; 2) trata-se do mais vasto país, de características continentais, inserido no espaço eurasiático, conectando as regiões estratégicas da Europa e da Ásia centro-oriental; 3) apesar da vastidão do território e do litoral, a Rússia tem um acesso muito limitado ao Oceano Mundial, pelo congelamento marítimo e pela configuração dos mares a que tem acesso, os quais geralmente tem suas saídas controladas por adversários. O derretimento parcial da calota polar não chega a alterar qualitativamente esse último fator.

## Posição Geopolítica da Rússia

A Rússia ainda é o mais extenso Estado do mundo, com 17 milhões de km<sup>2</sup> de superfície terrestre (a URSS possuía 22,8 milhões de km<sup>2</sup>) e 7,5 milhões de km<sup>2</sup> de Zona Econômica Exclusiva marítima e 40 mil km de litoral (devido ao perfil recortado e existência de inúmeras ilhas) (Delanoë 2018). Contudo, trata-se de uma potência terrestre, que foi incorporando territórios quase desabitados e de Estados decadentes. Após séculos de dominação mongol o objetivo dos dirigentes, desde Ivan, o Terrível (século XVI), foi uma espécie de “expansão defensiva” com a finalidade de obter *profundidade estratégica*, com o distanciamento das fronteiras. A Rússia não possui “fronteiras naturais” ou acidentes geográficos que possam demarcá-las. O objetivo não era um expansionismo econômico, mas proteger a Moscóvia dos Cavaleiros Teutônicos, poloneses, suecos, turcos e mongóis. Assim, um país com recursos muito limitados formou um império continental eurasiático, que abarca 11 fusos horários do Báltico ao Pacífico, constituindo o *heartland geopolítico* de Mackinder, que conectava por terra o espaço europeu ao asiático. Isso explica a rivalidade estratégica da Inglaterra, que controlava os espaços marítimos.

O gigante russo, todavia, carecia de acesso aos *mares quentes e abertos*. Seu litoral ficava congelado a maior parte do ano ou estava localizado em mares estreitos cujo acesso aos Oceanos era controlado por potências adversárias. Era o caso do Mar Negro, pois o estreito do Bósforo era dominado pelos turcos (e as duas saídas do Mediterrâneo pelos ingleses), e do mar Báltico, controlado por potências escandinavas e facilmente bloqueável pela marinha

britânica. O Mar Branco tem apenas um corredor estreito entre a banquisa de gelo e o litoral da Noruega e o Mar do Japão tem suas saídas controladas pelos japoneses (Ewitss 2019). Daí a insistência russa em manter o controle das três pequenas ilhas Curilas, reivindicadas pelo Japão, e que dão um acesso ao Oceano Pacífico por um corredor sob controle russo. Já o Cáspio é um mar interno e fechado.

Essa realidade teve profundas consequências para a Rússia, que ficou por séculos à margem dos grandes circuitos de comércio mundial, os quais também permitiriam a entrada de inovação. O resultado foi isolamento e atraso. Quando Pedro, o Grande, derrotou os suecos e conseguiu acesso ao Báltico, ele construiu imediatamente a cidade de São Petersburgo, que se tornou a capital e estava “aberta à Europa” e ao progresso, e criou uma esquadra. Catarina, a Grande fez o mesmo em relação aos turcos e ao Mar Negro. Mas os dirigentes que se seguiram não deram continuidade a essas iniciativas. Posteriormente, as circunstâncias ligadas à Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905 implicaram na avassaladora derrota na Batalha Naval de Tsushima. A esquadra do Báltico, que havia percorrido 14 mil km, com imensas dificuldades de abastecimento de carvão (a Inglaterra apoiava o Japão), foi afundada num rápido combate.

Era a primeira vez que um Estado europeu era derrotado por um asiático. E as consequências para o pensamento estratégico russo foram profundas pois, devido à rivalidade com a Inglaterra, a frota do Báltico teve que contornar as ilhas britânicas e o continente africano. Veio a Primeira Guerra Mundial e a esquadra russa ficou retida em seus portos, e logo a Revolução Soviética, iniciando um novo ciclo de isolamento. A Rússia perdeu quase todo o litoral do Báltico e a capital voltou a ser transferida para Moscou, por razões de segurança, com a marinha sendo relegada ao papel de guarda costeira. Na Segunda Guerra Mundial a história se repetiu e se manteve a visão de Stalin de primazia da defesa terrestre. Mas duas situações provocaram um debate interno: a dificuldade em garantir o envio por via marítima de ajuda à República Espanhola durante a Guerra Civil (1936-1939) e a incapacidade de contribuir para a proteção dos comboios anglo-americanos que transportavam ajuda à URSS pelo norte durante a invasão alemã, o que irritou Churchill (Fairhall 1971).

Na passagem das décadas de 1950 para a de 1960, o voluntarista Krushov desenvolveu uma política realmente mundial e encarregou o Almirante Gorshkov de criar uma marinha para o Oceano Mundial. A crise de Cuba em 1961-62, com o fiasco do *Missile Gap* (que levou à derrubada de Krushov em 1964) e a dificuldade logístico-securitária de garantir o transporte de abastecimento para a ilha reforçaram essa concepção. Além de manter uma frota limitada de navios de superfície dotados de mísseis, foi planejada

uma esquadra de submarinos nucleares também dotados de mísseis, com capacidade de resposta a um virtual ataque atômico norte-americano. Tratava-se de uma resposta ao surgimento dos mísseis Polaris dos EUA em 1960, que poderiam ser lançados por submarinos sem a necessidade de emergir (Lovett 2010). Parte dos submarinos nucleares russos circulava permanentemente por vários oceanos, inclusive próximos ao litoral dos Estados Unidos. Isso somente foi concretizado no final dos anos 1960 por Brejnev (Fairhall 1971; Gorshkov 1983). Tratava-se de um recurso estratégico, alegadamente dissuasório, que ainda continua em vigor na nova Rússia pós-soviética, embora com uma esquadra menor. Assim, houve certo equilíbrio estratégico na zona de contato entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização do Tratado de Varsóvia, e as atenções de Moscou se voltaram para outros cenários.

Ao longo do período Brejnev (1964-82) a projeção soviética para o Terceiro Mundo (Ásia, Oriente Médio, África e América Latina) se expandiu muito, tanto por razões diplomático-estratégicas como devido ao surgimento de diversos regimes revolucionários. Num quadro de competição crescente e intensa com a China, a URSS apoiou a quase totalidade desses regimes, o que viria a ter profundas implicações políticas, econômicas e militares para Moscou. Em termos navais, a Esquadra do Pacífico ganhou prioridade, pois servia de contenção da China e tinha acesso ao Oceano Índico, onde a União Soviética cooperava com a Índia. Dali também era possível a conexão com o Oriente Médio e com a África. Embora a Marinha Soviética não tenha se envolvido em conflitos, havia ganhos como a presença estratégica e a exploração das vantagens oferecidas com o estabelecimento de facilidades portuárias em “países irmãos ou amigos”. Não se tratava apenas da tradicional política de “mostrar a bandeira”, mas de obter pontos de apoio (Evitss 2019).

Todavia, essa presença militar estendida e a ajuda a regimes pró-socialistas (envolvidos em guerras locais), da Nicarágua ao Vietnã, de Angola ao Afeganistão, tiveram um custo que afetou seriamente a economia soviética. O PIB da URSS era de, aproximadamente, 50% do norte-americano, e Moscou não contava com aliados prósperos como o Japão e a Europa Ocidental. Pior ainda, o Partido Comunista da União Soviética se tornara uma elite envelhecida, estagnada e estruturalmente corrompida (a *Nomenklatura*), com a população cada vez mais descontente. O apogeu estratégico-militar URSS no final dos anos 1970, com seus mísseis, esquadras, satélites e imensas forças terrestres no leste da Europa, escondia um gigante com pés-de-barro, que não suportaria a reação dos Estados Unidos e seus aliados nos anos 1980 (Westad 2007).

## Estratégia Naval da Federação Russa

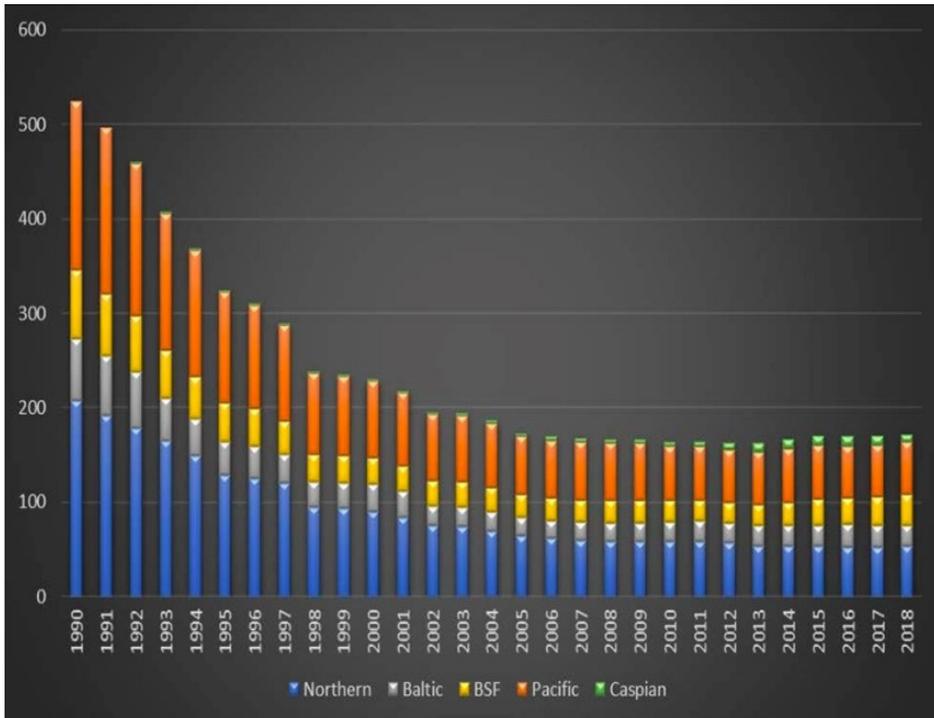
Havia um debate permanente dentro da Marinha Soviética sobre o papel de uma frota de superfície, sobre a necessidade ou não de construção de porta-aviões e sobre a arma submarina. O predomínio do *lobby* do exército e da doutrina de defesa terrestre, o papel dos ICBM (Mísseis Balísticos Intercontinentais) e da aviação estratégica, bem como as limitações orçamentárias, fizeram com que a marinha soviética permanecesse secundária. E a ascensão de Gorbachov à liderança da URSS, buscando a distensão das relações com a OTAN, agravaram ainda mais a situação da marinha. O corte de recursos militares e a busca de uma acomodação diplomática com o Ocidente atingiram especialmente a esquadra, que era onerosa. Basicamente, a marinha teve um papel mais voltado a dar visibilidade e prestígio às Forças Armadas soviéticas como instrumento de uma superpotência global, exibindo-a como um poder completo (Lovett 2010).

O colapso da União Soviética, de 1989 a 1991, desarticulou o espaço geopolítico soviético, eliminou um instrumento de coesão nacional (o Partido Comunista), e gerou o quase colapso das Forças Armadas. Enquanto a marinha enferrujava nos portos (Porta-aviões vendidos antes de concluídos), grandes projetos aeronáuticos eram abandonados e o exército teve um desempenho humilhante da Guerra da Chechênia. Os quatorze anos de governo Gorbachov e Ieltsin assistiram ao declínio quantitativo e qualitativo da marinha russa, num contexto de desorganização política e crise econômica. A excelente tese do militar da US Navy, Jonathan Evtiss (defendida na Naval Postgraduate School), como demonstrado no gráfico abaixo, ressalta a decadência da armada russa. Mesmo nos anos iniciais do governo Putin, com o descomissionamento de navios antigos a armada russa seguiu em declínio até se estabilizar em 2005.

A Federação Russa foi o Estado sucessor da URSS, ocupando o assento soviético no Conselho de Segurança da ONU e desfrutando do *status* de potência nuclear reconhecida. O país herdou, igualmente, instrumentos de poder como uma indústria aeroespacial e de defesa com tecnologia própria, além de imensos recursos energéticos (petróleo, gás e urânio) e minerais, incluindo minérios nobres para tecnologias de ponta. Todavia, o país é dependente da exportação de *comodities*, não dispõe de indústrias de bens de consumo, sua população está envelhecida e em declínio e suas fronteiras são difíceis de controlar. Pior ainda, diferentemente da China, a nova Rússia não possui uma *identidade nacional* nem elementos articuladores do poder, como era o caso do Partido Comunista. O poder está concentrado no Estado, que decaiu muito em termos de coesão em relação ao soviético, e Putin tem que apostar muito num poder pessoal, controlando uma bancada de deputados,

que não tem a força de um partido político (Monaghan 2017). Da mesma forma, ele busca, permanentemente, uma síntese identitária entre o Império Czarista Russo, a União Soviética e a Igreja Ortodoxa. A mistura de símbolos nacionais é impressionante.

**Figura 3 – Combatentes Navais da Rússia por Frota 1990 - 2018**



O primeiro objetivo em termos de Defesa é o chamado Exterior Próximo (Near Abroad), o antigo espaço interno soviético, excetuados os países Bálticos. A criação da Comunidade de Estados Independentes, os acordos de cooperação em defesa e segurança e a Constituição da Organização de Cooperação de Xangai (OCX, com a China, os Estados da Ásia central ex-soviética e, mais recentemente, Índia e Paquistão), bem como da União Econômica Eurasiática (UEE) demonstram uma vocação regional eurasiática, superior à projeção mundial. A seguir, a expansão da OTAN para o leste representa uma preocupação estrutural para os estrategistas do Kremlin, pois os antigos países do Pacto de Varsóvia e as ex-repúblicas bálticas soviéticas foram integradas ao bloco militar Ocidental, aproximando-o do centro nevrálgico da Rússia. A preocupação quase obsessiva com um “cerco”, que já

existia durante os poderosos Império Russo e a União Soviética, se agravaram diante das limitações da atual Federação Russa.

Segundo Evitss, o Kremlin se considerou particularmente ameaçado em três momentos: ação militar da OTAN contra a Iugoslávia/Sérvia/Kosovo em 1999, invasão americana ao Iraque em 2003, e, especialmente, as crises da Ucrânia em 2004 e 2014, que via como “intromissão Ocidental”. Segundo ele, “Moscou rotineiramente interpreta as ações da OTAN como provocativas, mas a Rússia desencadeia ações que podem ser consideradas perigosas e, mesmo, guerreiras, criando um crescente risco de erros de cálculo pelas forças militares” (Evitss 2019, 22). Assim, a maior preocupação russa é com seu entorno estratégico. Todavia, a crise ucraniana de 2014 provocou uma mudança de perspectiva. Ainda que o Ocidente considere a anexação da península da Crimeia como o maior problema, Moscou se sentiu ainda mais ameaçada pela mudança que ocorreu na Ucrânia, temendo a adesão desta à União Europeia ou, pior, à OTAN. Uma das consequências foi a de buscar projetar poder para fora da região, como forma de obter uma melhor posição de barganha e equilíbrio estratégico. Isso se fez sentir através de uma maior presença naval no Atlântico Norte e no conflito sírio.

Em 2001 foi elaborado o documento *A Doutrina Marítima da Federação Russa 2020*, atualizada em 2015 (Maritime 2001). Originalmente foi uma proposta que não dispunha de meios de ser plenamente materializada, mas reorganizou a marinha russa, com a constituição da Esquadra do Norte (Ártico e Atlântico Norte), da Esquadra do Báltico, da Esquadra do Mar Negro, da Esquadra do Pacífico e da Flotilha do Mar Cáspio. Sem dúvida a prioridade é a primeira, pelos recursos alocados, como novos submarinos nucleares em substituição modelos obsoletos, tanto para presença nas águas da OTAN como na calota polar ártica em derretimento parcial<sup>5</sup>.

Mas a anexação da Crimeia alterou a geopolítica do Mar Negro, permitindo à Rússia maior protagonismo naquele Mar e projeção de poder para o Mar Mediterrâneo oriental. Além da presença aérea e de assessores e unidades especiais terrestres empregadas na Síria, o uso da base naval de Tartus pela marinha russa representa um sinal bastante forte<sup>6</sup>. É preciso levar em consideração a mudança de posição da Turquia que, em função da nova realidade estratégica regional, se afastou dos EUA (ainda que permaneça na

---

5 Há petróleo e disputas de soberania na região, o que se tornou ainda mais explícito com a recente proposta do Presidente Donald Trump de compra da Groenlândia dinamarquesa pelos Estados Unidos.

6 Ver Alexandra Paléologue. *La Méditerranée: uN Mer sous surveillance*, in , *Diplomatie. Mers et Océans, géopolitique et Géostrategie*. Paris: Août-Septembre 2018. A autora é militar francesa, encarregada de Missões.

OTAN) e se aproximou da Rússia, e da aliança russo-iraniana. Assim, no caso da região, a marinha russa não está apenas “mostrando a bandeira”, mas presente militarmente de forma efetiva.

## A Projeção Naval Russa e Suas Limitações no Oceano Mundial

Em 2010 o governo russo lançou o documento *Programa Oceanográfico Mirovoï Okean* (Oceano Mundial), que projeta os objetivos e a construção naval até 2035. Além dos aspectos securitários já mencionados, o que chama a atenção são os objetivos econômicos, como a exploração dos recursos naturais minerais e vivos das águas territoriais e das zonas não soberanas do Oceano Mundial. Aqui há um desafio metodológico crucial ao analista estratégico e histórico: *o que é causa e o que é consequência?* Muitas das ações e reações do governo (ou “regime”) de Putin derivam de debilidades internas e externas da Federação Russa, e não apenas de uma crescente força estruturalmente embasada. Uma visão mais detalhada mostra uma Rússia que se sente acuada e reage de forma calculada, mas perigosa, em meio a dificuldades na área econômica, demográfica e de governabilidade. A obra de Andrew Monaghan, *Power in Modern Russia* (2017), concebida durante um curso no NATO Defense College (Roma), demonstra em detalhes a precariedade interna do “sistema Putin”.

Isso fica ainda mais visível quando o país é comparado com o crescente poder econômico-militar da China, que tem consequências diretas na ampliação da capacidade naval. Poucos estudiosos atentam para o fato de que a Rússia teme o poderio chinês, o que Donald Trump percebeu muito bem. Numa hábil estratégia de empresário pragmático, ele apostou no mais fraco dos adversários e, como Kissinger em seu último livro (*World Power: 2014*), identificou a Rússia nessa posição. Mas conciliar política interna e externa não é tarefa fácil... A China se projeta para o Ártico de forma agressiva (já tem diversas concessões econômicas até na Groenlândia) e o vazio demográfico de uma Sibéria rica em recursos, é fonte de preocupação em Moscou. Dos 470 aeroportos que existiam no extremo-orient russo em 1991, apenas um sexto ainda funciona e milhares de aldeias foram abandonadas na Sibéria (Delanoë 2018). Em número de submarinos a Rússia está sendo ultrapassada pela China e em porta-aviões pela China e pela Índia. Então, é crível que muito do esforço de reequipamento naval russo não se volta exclusivamente contra os Estados Unidos e OTAN, mas na busca de um equilíbrio com a China.

A Rússia não é apenas uma potência energética no campo da produção, mas seu capitalismo (seja qual for o adjetivo acrescentado) globalizado tem empresas de petróleo, gás e mineração que atuam mundialmente na exploração em outros países. A Rússia não é mais apenas exportadora de

energia e minérios, mas um *player* entre as empresas transnacionais. A projeção de interesses econômicos sempre foi, historicamente, acompanhada pelo correspondente incremento do poder militar. O Atlântico Norte e o Ártico, em termos de Defesa, é o espaço marítimo prioritário para a marinha russa, especialmente com a crescente possibilidade de utilizar a Rota do Norte para conectar o Atlântico ao Pacífico, utilizando apenas suas águas territoriais securitizadas. Embora o Secretário-Geral da OTAN, Jens Stoltenberg, tenha manifestado em dezembro de 2017 preocupação com a crescente presença naval russa no Atlântico Norte<sup>7</sup> (Paillard 2018). Todavia, segundo o Almirante Antônio Silva Ribeiro, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Portugal, a Rússia não possui recursos econômicos e capacidade militar para ameaçar o Ocidente, o que seria mais o caso da China<sup>8</sup>. Nos documentos oficiais sobre o poder naval, o Atlântico Sul sequer é mencionado como zona de atuação específica. Há uma breve passagem sobre os interesses econômicos e “científicos” na Antártica, mas no item referente ao Oceano Índico, região em que a marinha russa tem certa presença, devido à cooperação com a Índia e os interesses no Oriente Médio e leste da África.

No caso específico da África, sem dúvida a presença econômica russa é crescente, como forma de contornar as sanções internacionais que o país sofre desde 2014, em decorrência da anexação da Crimeia. O projeto *Russafrica* (Fituni & Abramova 2010) já vinha enfatizando o retorno aos mercados africanos, com a venda de armamento (especialmente aos países que possuem equipamento soviético), máquinas e produtos químicos, em troca de produtos tropicais, fosfato e contratos para construção de infraestrutura, exploração de energia e minérios. O que se observa é a ênfase na necessidade de auferir lucros, pois além do embargo comercial, houve a redução do preço do petróleo, que afeta a economia russa. O país também tem interesse na pesca industrial, apesar de sua esquadra pesqueira haver sido ultrapassada pela chinesa. Aliás, há entre os dois países vários conflitos de interesse no África no campo econômico. E embora a presença russa em Missões de Paz (apoio) e treinamento na área militar seja uma realidade, o país está qualitativamente abaixo da China. O principal parceiro estratégico russo é o Egito, que está mais voltado para o Oriente Médio do que para o restante do continente africano.

A Federação Russa está particularmente preocupada com o conceito norte-americano de *Global Stryke* e considera importante manter sua capacidade de *deterrence* através de um segundo golpe de mísseis balísticos disparados seus por submarinos nucleares, especialmente com a retirada americana dos acordos de limitações de mísseis firmados na época de Gorbachov (Evitss 2019). É correto que o Golfo da Guiné (com 20 Estados costeiros e 5 mediterrâneos) está adquirindo importância econômica e

estratégica aceleradamente, num quadro perturbado por pirataria, sequestros, roubos no mar, tráfico de drogas, terrorismo e pesca e migrações ilegais. Isso tende a fomentar a agenda securitária, envolvendo as potências, inclusive a Rússia. Em 2006 a OTAN realizou a manobra *Steadfast Jaguar* em Cabo Verde, para demonstrar a capacidade de deslocar tropas para fora de sua área de atuação, em no ano seguinte montou uma flotilha que circunavegou a África (Smith-Windsor & Pavia 2014).

Interessante que a Armada da Federação Russa também está desenvolvendo suas capacidades de desembarque anfíbio e navios de apoio (como porta-helicópteros) para a securitização de cabeças-de-ponte. Tudo isso é incipiente, mas merece atenção quanto ao planejamento estratégico (Ver artigo de Antonov 2016). No restante, a marinha russa segue concentrada estrategicamente em suas águas próximas, o que inclui o Mar Mediterrâneo. Segundo Jonathan Evitss (2019), ela possui capacidade limitada de operar no Caribe e América do Sul como forma de “mostrar a bandeira”, mas não de projetar poder. Essencialmente, a Rússia segue sendo uma potência terrestre e sua capacidade de projetar força naval mundialmente é limitada aos submarinos nucleares. Todavia, mesmo em relação a esses, a Rússia carece de recursos econômicos para sustentar uma competição com as potências marítimas e, inclusive, com a China, que aparece com uma competidora, ainda que aliada de ocasião.

## Considerações Finais

O domínio dos oceanos pelas potências da Europa Ocidental, durante a formação do Sistema Mundial, seguido pelo dos Estados Unidos da América, manteve grandes Estados continentais, como a China e a Rússia, contidos dentro da massa eurásiana. Apesar dos esforços navais da União Soviética, dos anos 1960 ao final da década de 1980, para estar presente no Oceano Mundial, o país se manteve com uma doutrina militar predominantemente terrestre, com dificuldades para acessar os mares abertos. Quando a Guerra Fria foi encerrada e a URSS entrou em colapso, com seu território desmembrado, houve um rebaixamento ainda maior em seu *status* de potência naval, enquanto a China recém lançava seu desenvolvimento econômico-tecnológico de forma extrovertida.

O desenvolvimento socioeconômico da região mais povoada do planeta (mais da metade da comunidade humana habita a elipse entre Karachi e Tóquio), todavia, alterou o equilíbrio mundial anterior, em um movimento com ramificações pela África, Oriente Médio e, até, pela América Latina. O declínio econômico relativo e civilizacional (absoluto?) dos Estados

do Atlântico Norte, por sua vez, aceleraram uma percepção de ameaça, com a crescente integração do imenso espaço eurásiano, com a China e a Rússia de Putin despontando. Tudo se tornou mais complicado ainda com a projeção naval chinesa e o incremento da capacidade de dissuasão russa.

Mesmo que o objetivo chinês seja, manifestamente, o de garantir a (sua) livre navegação nos mares e que a Rússia careça de capacidade naval planetária, o Ocidente se sente desafiado pela dificuldade em penetrar no espaço eurásiano e, ainda, pela crescente presença naval de antigas potências terrestres. Trata-se de uma realidade completamente nova, em que fatores de curto, médio e longo prazo se mesclam, em uma trama difícil de desvendar. Não apenas as potências continentais terrestres estão de volta, no Terceiro Milênio, como ainda desafiam o poder naval estabelecido pelo Ocidente há cinco séculos. Tudo isto é exagerado, com fins de contenção, mas trata-se de um exagero apoiado em tendências concretas em desenvolvimento. Estaria o sistema mundial presenciando o surgimento de potências simultaneamente terrestres e navais?

## REFERÊNCIAS

- Antonov, Alexander. 2016. *The Russian Navy as a military instrument of Global Politics*. Moscow: Russian Council.
- Brisset, Jean-Vincent. 2018. “Puissance Maritime Chinoise: Aspects stratégiques et militaires”. *Atlas Diplomatie*, n.46.
- China. 2019. *China’s National Defense in the New Era*. Beijing, Julho 2019.
- CSIS. 2019. “How is China modernizing its navy?”. *Center for Strategic and International Studies - China Power Project*, 2019. Acesso em: 20 out. 2019. Disponível em: <<https://chinapower.csis.org/china-naval-modernization/>>
- Delanoë, Igor. 2018. “Russie: l’Océan, un horizon lointane”. In, *Diplomatie. Mers et Océans, géopolitique et Géostrategie*. Paris: Août-Septembre 2018.
- Dufour, Jean-François. 1999. *Géopolitique de la Chine*. Bruxelles: Editions Complexe.
- Dufourcq, Jean. 2011. “Poder marítimo no século XXI: desafios para uma força naval moderna”. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.17, n.2.
- Dufourcq, Jean. 2017. *La Chine, au coeur de son environnement stratégique, maritime et terrestre*. Université Paris-Dauphine.

- Epstein, Israel. 1980. *From Opium War to Liberation*. Hong Kong: Joint Publishing Co..
- Ewitss, Jonathan. 2019. *Russian naval modernization and strategy*. Monterrey/CA: Naval Postgraduate School.
- Fairhall, David. 1971. *Russian sea power*. Boston: Gambit.
- Fanell, James E. 2019. "China's Global Naval Strategy and Expanding Force Structure - Pathway to Hegemony". *Washington: Naval War College Review*, v.72, n.1.
- Fituni, Leonid, and Abramova, Irina. 2010. "Ressource potential of Africa and Russia's national interest in the XXI Century". Moscow: *Institute for African Studies*, Russian Academy of Sciences.
- Gorshkov, Sergei. 1983. *The sea power of the State*. Malabar/Florida: Robert E. Krieger.
- Kissinger, Henry. 2014. *World order*. New York: Penguin Press.
- Kondapalli, Srikanth. 2000. "China's Naval Strategy". *Strategic Analysis*, v.23, n.12, p.2037-2056.
- Lovett, Christopher. 2010. "The Soviet Cold War Navy" In Higham, Robin, and Kagan, Frederik (Ed). *The Military History of Soviet Union*. New York: Palgrave Macmillan.
- Russia. 2001. *Maritime Doctrine of the Russian Federation 2020*. Moscow, 2001.
- Mearcheimer, John J. 2019. "Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order". *International Security*, v. 43, n. 4, p.7-50.
- Monaghan, Andrew. 2017. *Power in modern Russia*. Manchester: Manchester University Press.
- Nagar, Dawn, and Mutasa, Charles (Ed). 2018. *Africa and the world*. New York: Palgrave Macmillan.
- Nantulya, Paul. 2019. "Implications for Africa from China's One Belt One Road Strategy". *Africa Center for Strategic Studies*. Disponível em: <<https://africacenter.org/spotlight/implications-for-africa-china-one-belt-one-road-strategy/>>.
- Paillard, Christophe-Alexandre. 2018. "Realités et limites d'une Nouvelle Guerre Friode em Atlantique Nord" In, *Diplomatie. Mers et Océans, géopolitique et Géostrategie*. Paris: Août-Septembre 2018.
- Spence, Jonathan D. 1995. *Em Busca da China Moderna: Quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia da Letras.
- Smith-Windsor, Brooke, and Pavia, Jose Francisco. 2014. "From the Gulf of Aden to the Gulf of Guinea: a new maritime mission to NATO?".

Rome: NATO Defense College; *NATO Research Paper no 100*, January 2014.

Tertrais, Hugues. 2018. “Menaces em Mer de Chine Meridionale”. *Atlas Diplomatie*, n.46.

Westad, Odd Arne. 2007. *The Global Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press.

## RESUMO

A Federação Russa e a China são Estados terrestres de grandes dimensões (o primeiro e o quarto, respectivamente), caracterizados por sua configuração como potências terrestres, na perspectiva geopolítica. Recentemente, por seu desenvolvimento e extroversão de sua economia, a China tem construído um poder naval de presença mundial. Já a Rússia, que perdeu boa parte do poder naval e do litoral de que dispunha a URSS, tenta reconstruir sua capacidade de defesa marítima e de exploração da nova Rota do Ártico, mas ainda com limitada projeção global. Ao analisar a projeção naval recente dessas tradicionais potências terrestres, o artigo busca discutir até que ponto a tradicional geopolítica estaria atingindo o seu zênite e iniciando sua própria superação.

## PALAVRAS-CHAVE

China; Rússia; Projeção naval.

*Recebido em 11 de outubro de 2021*

*Aceito em 16 de dezembro de 2021*